

A exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá

Dirley Furtado da Silva

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Hermano Machado Ferreira Lima

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Resumo

O presente estudo traz como tema central **a exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá**. Busca investigar a exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, tendo **como questões norteadoras, a situação socioeconômica dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós; a atuação do poder público nas áreas de ressaca do município de Macapá; a atuação dos movimentos sociais na área de ressaca do bairro do Congós; a compreensão da percepção do morador da área de ressaca do bairro do Congós quanto a sua realidade**. Com isso o estudo buscou investigar as formas de exclusão social que afetam os moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá. Como resultado da investigação, detectamos as seguintes formas de exclusão social: exclusão econômica, exclusão educacional, exclusão por alienação, exclusão cultural, exclusão política e exclusão meritocrática. Referente às categorias de análise, partimos das seguintes: exclusão social (Souza, 2009); Educação (Bourdieu, 2006); participação social (Gohn, 2003); alienação (Marx, 2008) e Estado (Weber, 1991). Em relação ao trabalho de campo da pesquisa, foram realizados vários momentos: levantamento bibliográfico; entrevistas com representantes do poder público e dos movimentos sociais do bairro do Congós; aplicação de formulários às famílias da área de ressaca do bairro do Congós.

Palavra-chave exclusão social; área de ressaca; estado; participação social; educação; alienação

Abstract

The present study has as a central theme the social exclusion of residents of the hangover area of the Congós neighborhood in the municipality of Macapá. It seeks to investigate the social exclusion of the residents of the hangover area of the Congós neighborhood, having as guiding questions, the socioeconomic situation of the residents of the hangover area of the Congós neighborhood; the performance of public power in the hangover areas of the

municipality of Macapá; the performance of social movements in the hangover area of the Congós neighborhood; the understanding of the residents' perception of the hangover area of the Congós neighborhood as to their reality. Thus, the study sought to investigate the forms of social exclusion that affect residents of the hangover area of the Congós neighborhood in the municipality of Macapá. With the result of the investigation, we detected the following forms of social exclusion: economic exclusion, educational exclusion, exclusion by alienation, cultural exclusion, political exclusion and meritocratic exclusion. Regarding the categories of analysis, we start with the following: social exclusion (Souza, 2009); Education (Bourdieu, 2006); social participation (Gohn, 2003); alienation (Marx, 2008) and state (Weber, 1991). In relation to the field work of the research, several moments were realized: bibliographical survey; interviews with representatives of the public power and of the social movements of the district of the Congós; application of forms to the families of the hangover area of the Congós neighborhood.

Key-word social exclusion; hangover area; state; social participation; education; alienation

Introdução

Uma visão mais atualizada do conceito de desenvolvimento econômico e que vem sendo adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1990 é a de Desenvolvimento Humano. Para fundamentar a importância e a viabilidade técnica de utilização do novo conceito, aquele organismo internacional fez a seguinte explanação no seu Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994:

A riqueza é importante para a vida humana. Contudo, centrar as atenções apenas neste indicador é incorreto por duas razões: Primeiro a acumulação de riqueza não é necessária para o preenchimento de algumas das escolhas do ser humano. Com efeito, os indivíduos e a sociedade fazem muitas escolhas que não precisam da riqueza para concretizá-las. Uma sociedade não precisa ser rica para estar habilitada a uma vida democrática. Uma família não precisa ser rica para respeitar os direitos de cada um dos seus membros. Uma nação não precisa ser rica para tratar os homens e as mulheres de forma equitativa. Tradições sociais e culturais, de grande valor, podem ser mantidas e - efetivamente o são - em todos os níveis de renda. A riqueza de uma cultura pode ser independente da riqueza material do seu povo. Segundo, as escolhas humanas se estendem além do bem-estar econômico. Os desejos humanos seguramente incorporam ter riqueza material. Porém eles precisam e querem também ter uma vida longa e saudável, beberem vigorosamente na fonte do saber, participarem livremente na vida da sua comunidade, respirarem um ar livre de poluição, e apreciarem o simples prazer de viverem num ambiente limpo, com paz em suas mentes, que decorre do fato de possuírem um local seguro para morar, e ter a segurança de ter trabalho estável, com remuneração dignificante (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 15).

Este relatório da ONU estabelece que, “a menos que as sociedades reconheçam que a sua verdadeira e real riqueza é o seu povo, uma obsessão excessiva com a criação de riqueza material pode obscurecer o seu último e fundamental objetivo que é o enriquecimento das suas próprias vidas” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 16).

Esta visão de desenvolvimento implica que não é apenas o nível de renda ou de riqueza auferidos pelas pessoas que é fundamental para que elas sejam felizes. É a forma como essa renda ou riqueza são despendidas que é importante como vetor que serve de alavanca para

o bem-estar social e econômico. “O que é decisivo não é o processo de maximização da riqueza, mas a escolha que os indivíduos da sociedade fazem. Uma verdade simples, mas sempre negligenciada” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 16).

Na justificativa da utilização do novo conceito de desenvolvimento, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 ainda explícita que:

As pessoas não se constituem meramente em instrumentos úteis para a produção de bens, e que o propósito do desenvolvimento não é meramente produzir mais valor adicionado independente do seu uso. ...Atribuindo-se valor à vida humana apenas na visão de que ela pode ser um instrumento de produção de lucro - visão de capital humano - oferece perigos óbvios. Na sua forma extrema, esta visão pode facilmente conduzir à escravidão da força de trabalho, uso do trabalho forçado de crianças, e à exploração dos trabalhadores pelos seus patrões, como ocorreu durante a revolução industrial (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p.17). Porém em todos os níveis de desenvolvimento, os três aspectos a serem considerados como relevantes e essenciais para os seres humanos (homens e mulheres) são: **“propiciar uma vida longa e saudável; adquirir conhecimentos; e ter acesso aos recursos necessários para atingir padrões dignos de vida”** (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1995, p. 11).

Nesta perspectiva, **o conceito de Desenvolvimento Humano está ancorado em três bases fundamentais: Longevidade, Educação e Renda Monetária.** A longevidade é aferida pela esperança de vida ao nascer, que, dadas as circunstâncias atuais, uma criança teria em determinado país, estado ou município. Em termos mais pragmáticos, seria a idade em que, na média, as pessoas morrem nos lugares onde escolheram para viver. **Assim, se esta média é elevada, a pessoa teria tido condições adequadas de saúde, saneamento, moradia, alimentação, lazer, dentre outros fatores que propiciam vida mais longa e saudável.** Sem dúvida, trata-se de uma forma bastante adequada de aferir-se padrão de bem-estar social e econômico.

A segunda âncora de apoio do conceito de Desenvolvimento Humano é o estoque de educação acumulado por uma sociedade. Este estoque seria aferido pelo percentual de adultos (maiores de quinze anos) alfabetizados e pelos percentuais de matrículas nas escolas dos diferentes níveis. A hipótese objetiva deste ponto importante de suporte do conceito de desenvolvimento humano é que: **sem educação, sem informação, não se pode pensar em desenvolvimento.** Diríamos até que esta **se constitui na principal âncora do desenvolvimento.** Todos os países que cuidaram bem dos aspectos educacionais das suas populações experimentaram avanços substanciais nos seus padrões de desenvolvimento.

O terceiro suporte do conceito da ONU de desenvolvimento humano é a renda média. Não se conceberá desenvolver sem prover condições de trabalho e de remuneração digna para as populações. O acesso a padrões elevados de renda, ainda que não deva ser o objetivo definitivo do processo de desenvolvimento, como se demonstrou em duas passagens retiradas dos relatórios da ONU, deve, sim, constituir-se em um dos objetivos a serem perseguidos durante o processo de desenvolvimento. **O acesso à renda monetária é que viabilizará às famílias e aos cidadãos e cidadãs adquirirem os bens materiais que não conseguem produzir com as suas habilidades.** Um bom padrão de renda monetária também é importante para viabilizar níveis adequados de lazer para as pessoas. Lazer também se constitui em um aspecto importante de incremento de qualidade de vida.

Para Gomes (2002), as mudanças políticas e econômicas ocorridas no estado do Amapá nas duas últimas décadas têm alterado significativamente a configuração espacial da capital do Estado, a cidade de Macapá.

A transformação de Território do Amapá para uma Unidade Federativa (Estado), através da Constituição Federal de 1988, e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (Decreto Federal nº 8.387, de 30/12/91), foram os principais eventos que colaboraram tanto para o aumento populacional do Estado do Amapá, quanto para a expansão da malha urbana de Macapá provocada por um considerável contingente de migrantes que aportaram as cidades de Macapá e Santana, principalmente.

Segundo o IBGE (2010), **o Estado do Amapá tem uma população aproximada de 669.956 habitantes**, sendo que a capital **Macapá possui o número estimado de 398.204 habitantes, ou seja, cerca de 60% dos moradores** do Estado vivem na Capital.

Em Macapá e Santana, **o uso e a ocupação das áreas úmidas vêm ocorrendo de maneira totalmente desordenada**. O estabelecimento de moradias é o mais perceptível e a mais impactante, ocasionado principalmente pela falta **de planejamento urbano e pela explosão demográfica, representada por uma taxa anual de crescimento de 3,44% (IBGE, 2010), uma das mais altas no Brasil. As condições de vida das pessoas que residem em áreas de ressacas, morando em palafitas, são visivelmente de baixa qualidade e o avanço da ocupação aumenta a cada dia que passa.**

Segundo IBGE (2010), **o número estimado de pessoas residentes nas áreas de ressacas no município de Macapá é de 63.771, o equivalente a 16% de seus habitantes.**

Ainda segundo o IBGE (2010), o bairro do Congós é o quinto bairro mais populoso de Macapá, com mais de 18 mil moradores, onde aproximadamente 19% desses moradores vivem em área de ressaca.

Segundo Neri (2004), os estudos referentes à urbanização da cidade de Macapá, quer no âmbito do planejamento ou do discurso político, fazem referências a ocupação das áreas de ressaca, expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá. São áreas encaixadas em terrenos quaternários que se comportam como reservatórios naturais de água, caracterizando-se como um ecossistema complexo e distinto, sofrendo os efeitos da ação das marés, por meio da rede formada de canais e igarapés e do ciclo sazonal das chuvas.

Pelo exposto, o estudo teve como indagação principal a seguinte pergunta de partida: **quais as formas de Exclusão Social que afetam os moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá/AP?**

O estudo tem como objetivo geral Investigar a Exclusão Social dos Moradores da Área de Ressaca do Bairro do Congós no Município de Macapá, tendo como objetivos específicos a averiguação da situação socioeconômica dos moradores da área; avaliar a atuação do poder público nas áreas de ressaca do município de Macapá; investigar a atuação dos movimentos sociais atuantes na área e compreender a percepção dos moradores da área estudada sobre sua realidade.

Em relação às categorias de análise, partimos das seguintes: Exclusão Social (Souza, 2009); Educação (Bourdieu, 2006); Participação Social (Gohn, 2003); Alienação (Marx, 2008) e Estado (Weber, 1991).

Para Souza (2009), o problema da ralé é “a questão mais importante no Brasil moderno” e está associado a outros problemas como a segurança pública, trabalho informal, o racismo e o preconceito regional. Apesar da importância social que tem “a desigualdade não é nem percebida quanto tal, nós a naturalizamos”, na avaliação do sociólogo. Ele, no entanto acredita que esse pensamento não é algo racional, mas tem uma função mais eficiente justamente por ser pré-reflexivo.

Para Bourdieu (2006), a escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só poderiam ser compreendidos, quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior às outras formas de conhecimento, e que avalia os alunos com base em critérios universalistas; mas, ao contrário, ela é conhecida como uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

Para Gohn (2003), existem, historicamente, cinco formas distintas de compreender o conceito de participação social: participação liberal, participação autoritária, participação revolucionária, participação democrática e a participação democrática radical.

Os modelos descritos na classificação de Gohn (2003) relacionam-se ao modo como a sociedade é incluída nos processos de construção das políticas públicas e sociais: ora tratados como meros beneficiários das políticas; ora convidados a participar emitindo opiniões e pareceres; ora convocados para eleger quem os represente nos processos; e, ora articulados para fazer frente ao governo requerendo seu espaço como ator nesses processos com uma inserção mais direta nos centros de tomada de decisão. Dessa forma, os cidadãos se fazem presentes com posturas distintas em cada modelo de participação.

Para Marx (2008), o trabalho só produz mercadorias, ele se produz e produz o operário enquanto mercadoria, ou seja, o objeto que o trabalho produz seu produto afronta-o como um ser estranho, como um poder independente do produtor. A atualização do trabalho é sua objetivação. Para a economia, esta atualização do trabalho aparece para o operário como a perda de sua realidade, a objetivação, como a perda do objeto ou sua escravização a ele, apropriação, como alienação ou desintegração.

Segundo Weber (1991), para que um Estado exista é necessário que um conjunto de pessoas obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder e, por outro lado, para que os dominados obedeçam é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima.

Em relação ao trabalho de campo da pesquisa, no primeiro momento foi realizado um **levantamento bibliográfico** sobre o tema trabalhado, no sentido de adquirir embasamento teórico para melhor compreender o referido tema. Esse levantamento foi realizado nas bibliotecas das faculdades e universidades da cidade de Macapá, como também via internet e livrarias. No segundo momento foi realizada **uma pesquisa de campo junto aos moradores da área de ressaca do bairro do Congós**, por meio da **coleta de dados empíricos**, como também **entrevistas com representantes do poder público e representantes dos movimentos sociais** do bairro do Congós.

A Ocupação das Áreas de Ressaca no Município de Macapá

Após 45 anos de ser admitido como território, o Amapá passa por outra transformação em 1988 quando por meio da Constituição brasileira promulgada naquela época foi elevado à condição de estado. Porém em relação a “investimentos” no então estado amapaense, estes

se dão muito antes dessa promulgação, mas sim enquanto Território Federal na década de 1960, 70 e 80. Pois nessa época começam as preocupações com a Amazônia no sentido de integrá-la e combater o contrabando e exploração de recursos naturais ilegais. Já no Amapá não é diferente, houve vários projetos responsáveis pela expansão e ocupação da região.

Segundo Andrade (2005), essa transformação do então território em estado, efetivado a partir de 1988, possibilitou que novas oportunidades de trabalho fossem ofertadas, principalmente na construção civil, o que influenciou numa intensa movimentação populacional para o Estado. Drummond e Pereira (2007), completam tal afirmação quando relatam que na década de 1980 houve o aumento das taxas do crescimento populacional devido “à abertura de novos garimpos de ouro, instalação de várias empresas mineradoras de ouro e a criação de novos municípios” (p. 71).

Nesse período se instalam no Amapá a ICOME (Indústria e Comércio de Minérios S/A), projeto Jarí, e é criada a ALCMS (Área de Livre Comércio Macapá e Santana) (idem. p. 94).

Para Gomes (2002), as mudanças políticas e econômicas ocorridas no estado do Amapá nas duas últimas décadas têm alterado significativamente a configuração espacial da capital do Estado, a cidade de Macapá.

Segundo Neri (2004), **o processo de ocupação das áreas de ressaca na cidade de Macapá começou por volta da década de 1950. No entanto, é a partir da segunda metade da década de 1980 que este processo de ocupação se intensifica, fazendo com que a alteração na estrutura dessas áreas acontecesse de forma cada vez mais acelerada.**

O uso dessas áreas com a finalidade habitacional fez com que elas passassem a comportar um contingente populacional cada vez maior em decorrência de um **planejamento urbano e/ou políticas públicas incapazes de acompanhar, de forma adequada, as profundas alterações políticas pelas quais passava o Estado do Amapá.**

Para Porto (2000), os migrantes, na maioria pessoas sem qualificação profissional, que foram atraídas ao novo Estado na esperança de constituir uma vida melhor, depararam-se com uma realidade inteiramente diferente daquela veiculada em propagandas nos meios de comunicação de massa, ficando à mercê da sorte, sem empregos e sem recursos financeiros, restando-lhes como alternativa de moradia a ocupação das áreas de ressaca, espaços que se apresentavam desprovidos de infraestrutura que pudesse garantir à população condições de vida digna.

Enquanto produto das relações e das ações dos homens, o espaço urbano assume formas que refletem, de maneira geral, as determinações da classe dominante. É através das relações estabelecidas entre as diferentes instâncias e grupos sociais que o espaço urbano vai se constituir. A cidade, segundo Gomes (2002), exprime em sua forma física e em sua dinâmica, as diferenças geradas pela organização política desse espaço. A diferença, segundo o autor, é uma das “condições fundadoras da cidade” (p. 13).

A denominação de cada área de ressaca está vinculada ao bairro no qual está inserida, normalmente na memória dos moradores mais antigos e, associadas aos canais ou igarapés que as drenam e/ou as alimentam (MACIEL, 2001). No entanto, essas denominações não englobam todas as ressacas existentes na região urbana de Macapá. Dentre as denominações, mais comuns destacam-se: Chico Dias, Beírol, Congós, Tacacá, Lagoa dos índios, Sá Comprido, Lago da Vaca, Canal do Jandiá, Lago do Pacoval, Laguinho do Nova Esperança, Brasil Novo, Açaí, Infraero II, São Lázaro, Do Cristo, Cabralzinho, Marabaixo,

Goiabal, Coração, Mucajá, Pedrinhas, Renascer, Pantanal, Perpétuo Socorro, Ramal do Km 9, Araxá, Universidade, dentre diversas outras.

Para Portilho (2006), a busca por escolas, assistência à saúde e emprego intensifica o processo migratório campo-cidade e pressiona o poder público a fazer a oferta de serviços coletivos que não acontece de acordo com a necessidade da população. A reprodução das favelas nas áreas de ressacas contribuiu para aumentar os problemas de saúde da população, bem como promover uma alteração na configuração do espaço natural face aos constantes usos dessas áreas para habitação.

Para Serrão e Lima (2013), os problemas sociais e ambientais enfrentados pelos moradores da área de ressaca do bairro do Araxá são: degradação ambiental, acúmulo de lixo, poluição dos lençóis freáticos, disseminação de doenças infecciosas, violência, etc.

Para Pereira; Souza e Silva (2015), as principais queixas dos moradores da área de ressaca do bairro Universidade são: poluição ambiental causada pelos próprios moradores, poluição sonora, presença de usuários de drogas e traficantes na ponte e redondezas, ausência de policiamento e os constantes assaltos.

Segundo Scheibe (2018), o estudo sobre violências transparentes no cotidiano no conjunto habitacional: etnobiografias, subjetividades e resistências femininas em Macapá/AP, interpreta experiências de quatro mulheres que viviam há anos em um lugar dito como "invisível", na chamada "área de ponte", ou "área de ressaca", ou ainda "Baixada Perpétuo Socorro", localizada no bairro de mesmo nome, na zona leste de Macapá-AP. Este ambiente era de casas construídas precariamente sobre um lago poluído, sem saneamento básico, mas que agregava processos de sociabilidades e pertencimentos sociais.

O Bairro do Congós e sua Área de Ressaca

Segundo o IBGE (2010), o bairro do Congós é o quinto bairro mais populoso de Macapá, com mais de 18 mil moradores, onde aproximadamente 19% desses moradores vivem em área de ressaca.

O bairro do Congós situado na Zona Sul da Capital, foi criado na década de 1990, depois de ter parte da área invadida. Apesar de ser cercado por áreas de ressacas (ocupadas irregularmente), o bairro tem boa infraestrutura: com escolas, posto de saúde, arena poliesportiva, CIOSP (Centro Integrado de Operações em Segurança Pública) e partes das avenidas asfaltadas.

O Congós se confunde com o bairro Novo Buritizal, dada a sua proximidade, mas no mapa da Cidade é na Av. Saúde Pimentel que começa o bairro, indo até a 24ª Avenida. O nome "Congós" faz referência ao antigo dono do lugar, Benedito Lino do Carmo, conhecido popularmente como "Seu Congó". Descendente de escravos, Seu Congó morou por muito tempo no bairro, onde vivia da agricultura e criação de gado. Elísia Congó (neta legítima) revela um pouco desta história: "O nome do bairro era Araçás e fazia divisa com a Fazendinha, aquela área todinha era do vô Congó e ele cedia para as pessoas fazerem roça e tinha a criação de gado".

Quem também chegou ao bairro para morar com a família foi Dona Marizete Santos. Ela lembra como eram as coisas, antes das mudanças feitas, e vem acompanhando há 29 anos: "Era só mato e só tinham duas casas. Aqui tinha a fazenda do Seu Alípio e a do Seu

Moraes. Tinha muita roça de mandioca, mucajazeiro e o campo, somente isso. Foram tendo as invasões, criando caminhos e assim a direção das ruas."

Nadison Siqueira há 15 anos reside no bairro e recorda das dificuldades de antes e apela para que os trabalhos de melhorias continuem: "Tinha muita dificuldade. Ônibus não entrava... Eram poucas avenidas com asfalto. Hoje o bairro mudou muito, a maioria das avenidas já está asfaltada e faltam ainda coisas para o Poder Público concluir no nosso bairro" (programa Fala Comunidade TV/AMAPÁ, 2012).

Figura 1- área de ressaca do bairro do Congós



Fonte: G1 AMAPÁ

Figura 2- área de ressaca do bairro do Congós



Fonte: G1 AMAPÁ

Figura 3- área de ressaca do bairro do Congós



Fonte: G1 AMAPÁ

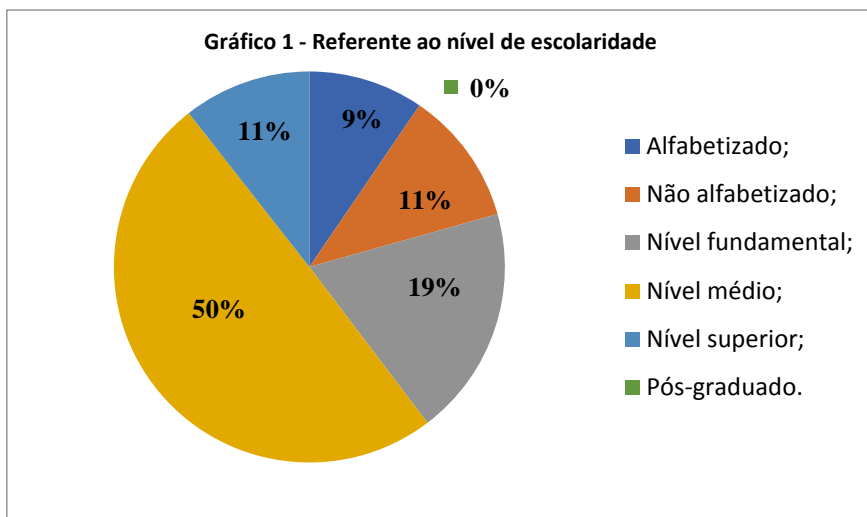
Figura 4- área de ressaca do bairro do Congós



Fonte: BLOG DE ROCHA

Quanto ao nível de escolaridade dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, somando os níveis de não alfabetizados, alfabetizados e fundamental, temos 41%, nível médio 50%, nível superior 11% e 0% de pós-graduação, ou seja, temos um sério quadro de **exclusão educacional** envolvendo a maioria dos moradores.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade

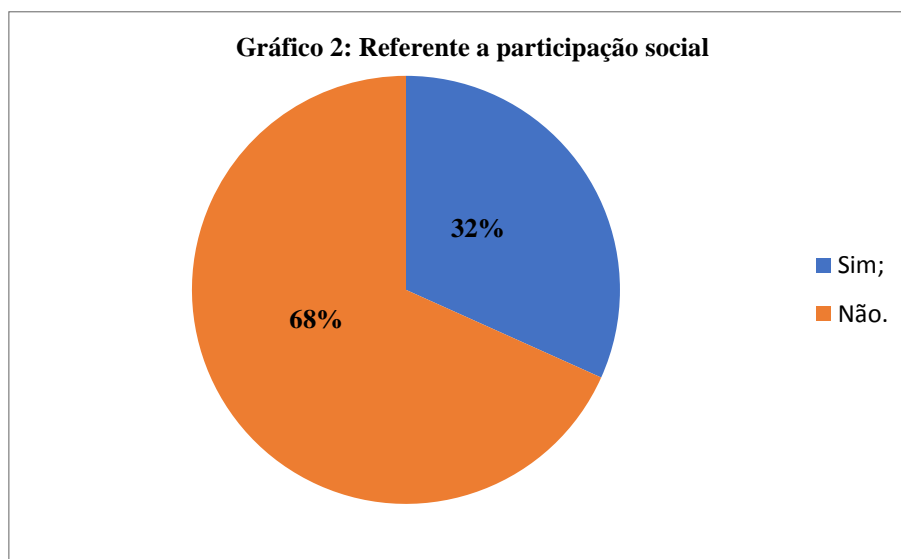


Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

Para Durkheim (1978), as práticas educativas não são fatos isolados uns dos outros; ao contrário, para uma mesma sociedade, estão ligados num mesmo sistema em que todas as partes concorrem para um fim único: é o sistema de educação próprio desse país e desse tempo. (p.61).

Quanto a participação social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, observamos um total desinteresse por parte da grande maioria dos informantes, 68% disseram não participar de nenhum movimento organizado, ou seja, temos aqui um grave quadro de **exclusão política** que envolve a maioria dos moradores.

Gráfico 2 - Participação social



Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

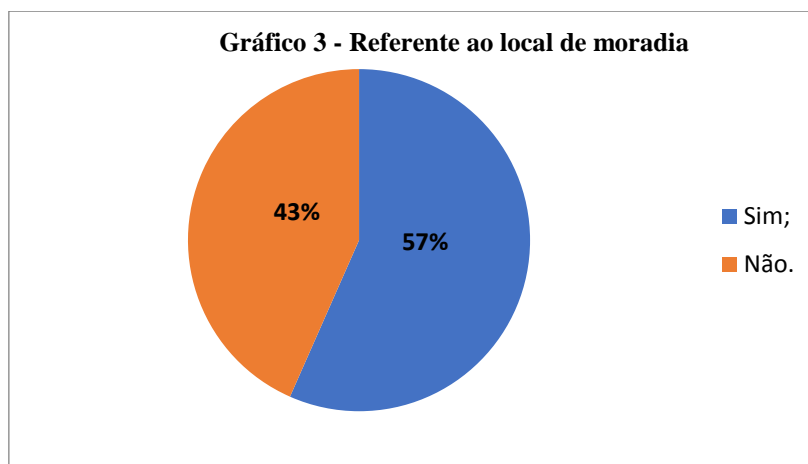
Para Demo (1998), a maneira de ver os problemas da exclusão, da pobreza ou da desigualdade tratados como temas interpenetrados está na relação estabelecida entre a carência material e a pobreza política, sendo a primeira vista como a camada mais externa e superficial de um processo cuja base está nesta última.

O conceito de Demo de pobreza política diz respeito à desigualdade, que se estabelece por meio de relações de poder:

Entendemos por pobreza política a dinâmica central do fenômeno chamado pobreza e que privilegia a dimensão da desigualdade. Assim, ser pobre não é tanto ‘ter’ menos (carente), mas ‘ser’ menos (desigual). Leva a visualizar, desde logo, que pobreza expressa uma situação de confronto histórico entre os que são menos e mais desiguais, aparecendo sob múltiplas formas concretas. Entre estas, costumamos destacar as carências materiais, como insuficiência de renda, fome, desemprego etc., todas muito relevantes, mas ainda não as mais cruciais. A condição mais aguda da pobreza é a exclusão de caráter político, historicamente produzida, mantida, cultivada (Demo, 1998, p.97).

Quanto à percepção dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, 57% dos informantes dizem gostar de morar na área de ressaca, esse quadro nos mostra uma clara **exclusão por alienação**, vivenciada pela maioria dos moradores.

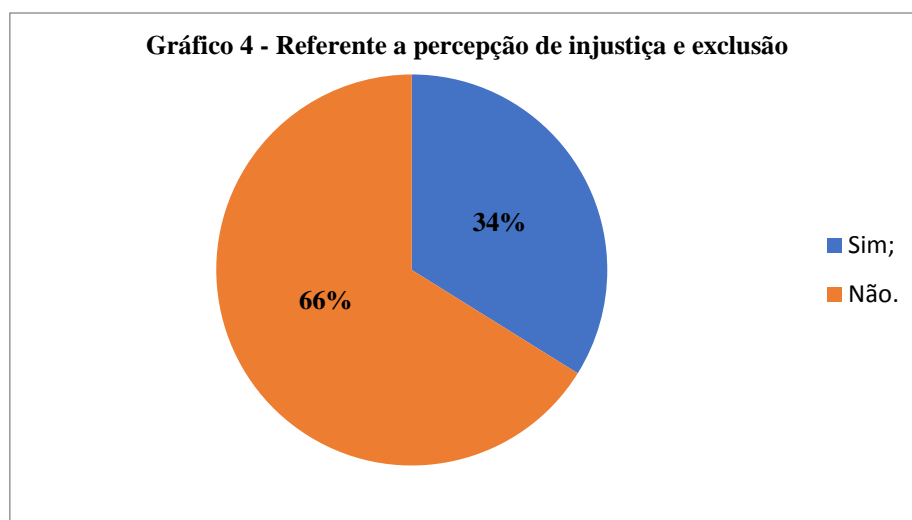
Gráfico 3 - Local de moradia



Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

Ainda quanto a percepção dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, 66% dos informantes dizem não se sentir injustiçados ou excluídos da sociedade, esse quadro nos mostra também a exclusão por alienação, ou seja, a incapacidade de se perceber excluído(a), vivenciada pela maioria dos moradores.

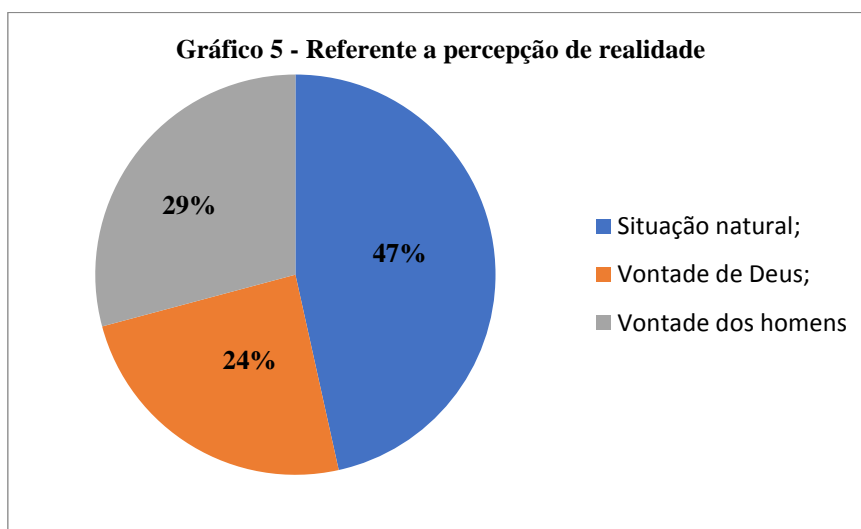
Gráfico 4 - Percepção de injustiça e exclusão



Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

Ainda quanto a percepção dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, 47% dos informantes dizem achar a exclusão social uma situação natural e 24% dizem ser vontade de Deus, uma constatação da **exclusão por alienação**, ou seja, a falta de percepção dos motivos da exclusão, vivenciada pela maioria dos moradores.

Gráfico 5 - Percepção de realidade

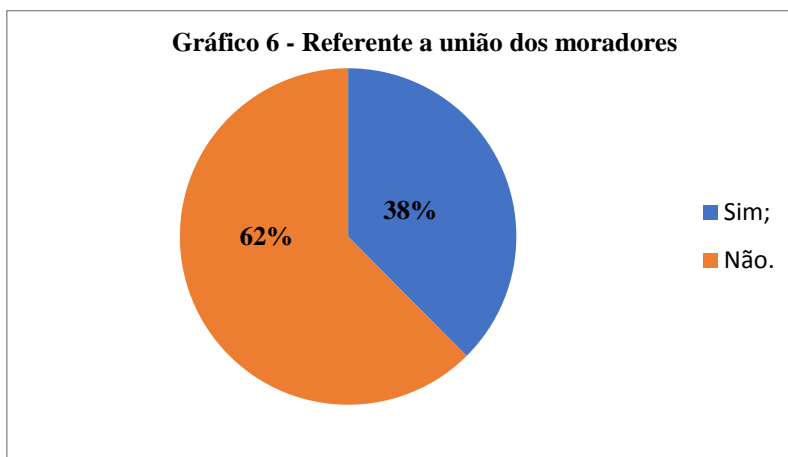


Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

Segundo Marx (2008), o trabalho só produz mercadorias, ele se produz e produz o operário enquanto mercadoria, ou seja, o objeto que o trabalho produz seu produto afronta-o como um ser estranho, como um poder independente do produtor. A atualização do trabalho é sua objetivação. Para a economia, esta atualização do trabalho aparece para o operário como a perda de sua realidade, a objetivação, como a perda do objeto ou sua escravização a ele, apropriação, como alienação ou desintegração.

Quanto a união dos moradores em busca de melhorias para os problemas vivenciados na área de ressaca do bairro do Congós, 62% dos informantes dizem não haver, isso nos mostra uma **exclusão cultural**, vivenciada pela maioria dos moradores.

Gráfico 6 – A união dos moradores



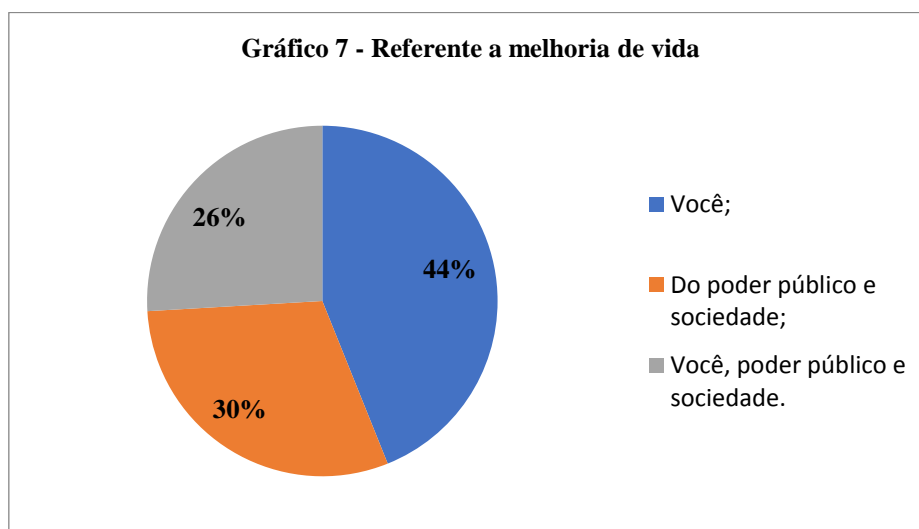
Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

Para Souza (2009), o processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (p. 21).

Para Silver (1994), a exclusão social é compreendida como deficiência de solidariedade, isto é, como quebra do vínculo social entre indivíduo e sociedade, especialmente quanto à orientação cultural e moral.

Quanto a melhoria de vida dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, 44% dos informantes dizem ser de responsabilidade individual, ou seja, a mobilidade social depende do esforço próprio, 30% dizem ser responsabilidade do poder público e sociedade e apenas 26% dizem depender do conjunto da sociedade, isso nos mostra uma exclusão por meritocracia, vivenciada pela maioria dos moradores.

Gráfico 7 - Melhoria de vida



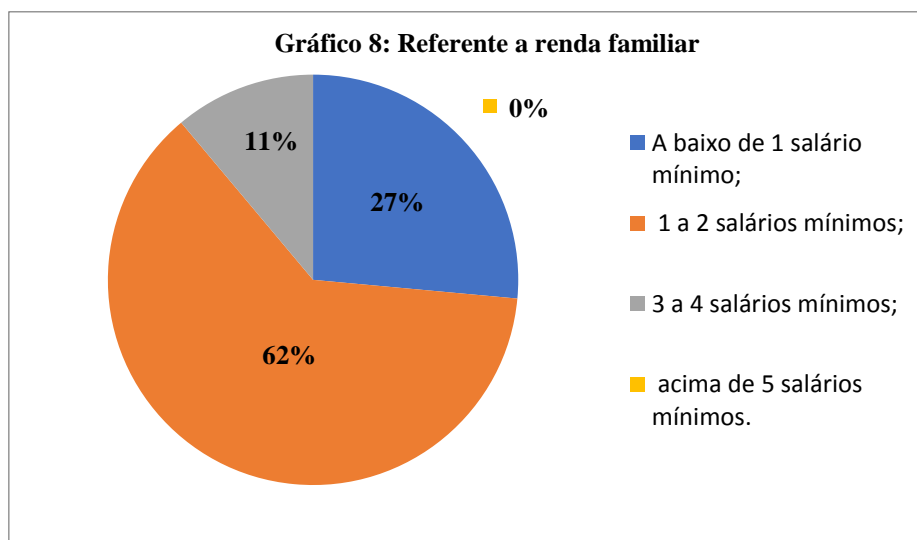
Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

Para Souza (2009), na classe média a cegueira da visão redutoramente economicista do mundo é ainda mais visível. Essa classe social, ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das precondições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural. O filho ou filha da classe média se acostuma, desde tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho que ensina os segredos do computador brincando com jogos. O processo de identificação afetiva — imitar aquilo ou quem se ama — se dá de modo “natural” e “pré-reflexivo”, sem a mediação da consciência, como quem respira ou anda, e é isso que o torna tanto invisível quanto extremamente eficaz como legitimação do privilégio. Apesar de “invisível”, esse processo de identificação emocional e afetiva já envolve uma extraordinária vantagem na competição social seja na escola, seja no mercado de trabalho em relação às classes desfavorecidas. Afinal, tanto a escola quanto o mercado de trabalho irão pressupor a “in-corporação” (tornar “corpo”, ou seja, natural e automático) das mesmas disposições para o aprendizado e para a concentração e disciplina que são “aprendidas”, pelos filhos dessas classes privilegiadas, sem esforço e por mera identificação afetiva com os pais e seu círculo social.

Essa herança da classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo. Tanto que a visão economicista “universaliza” os pressupostos da classe média para todas as “classes inferiores”, como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas. É esse “esquecimento” do social — ou seja, do processo de socialização familiar — que permite dizer que o que importa é o “mérito” individual. Como todas as precondições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual. As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis para propiciar a “boa consciência do privilégio”, seja econômico (das classes altas), seja cultural (das classes médias), e torná-lo legítimo.

Quanto a questão econômica dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, observamos que 62% das famílias ganham até dois salários mínimos, sendo que 27% ganham a baixo de um salário mínimo e apenas 11% ganham até quatro salários, ou seja, há uma enorme **exclusão econômica** envolvendo a maioria dos moradores.

Gráfico 8 – Renda familiar



Fonte: pesquisa de campo realizada em maio/2019.

Segundo Souza (2009), a crença fundamental do economicismo é a percepção da sociedade como sendo composta por um conjunto de *homo economicus*, ou seja, agentes racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autoresponsabilidade. Nessa visão distorcida do mundo, o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média. Por conta disso, o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa “andar com as próprias pernas”. Essa é a lógica, por exemplo, de todas as políticas assistenciais entre nós.

É esse mesmo raciocínio economicista, que abstrai sistematicamente os indivíduos de seu contexto social, que também transforma a escola, pensada abstratamente e fora de seu contexto, em remédio para todos os males de nossa desigualdade. Na realidade, a escola, pensada isoladamente e em abstrato, vai apenas legitimar, com o “carimbo do Estado” e anuência de toda a sociedade, todo o processo social opaco de produção de indivíduos “nascidos para o sucesso”, de um lado, e dos indivíduos “nascidos para o fracasso”, de outro. Afinal, o processo de competição social não começa na escola, como pensa o economicismo, mas já está, em grande parte, pré-decidido na socialização familiar pré-escolar produzida por “culturas de classe” distintas.

Como toda visão superficial e conservadora do mundo, a hegemonia do economicismo serve ao encobrimento dos conflitos sociais mais profundos e fundamentais da sociedade brasileira: a sua nunca percebida e menos ainda discutida “divisão de classes”. O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes

sociais apenas “economicamente”, no primeiro caso como produto da “renda” diferencial dos indivíduos e no segundo, como “lugar na produção”. Isso equivale, na verdade, a esconder e tornar invisível todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente “compreender” o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo (p.17-18).

Considerações Finais

A Organização das Nações Unidas (ONU), em seu relatório de desenvolvimento humano de 1994, estabelece que, “a menos que as sociedades reconheçam que a sua verdadeira e real riqueza é o seu povo, uma obsessão excessiva com a criação de riqueza material pode obscurecer o seu último e fundamental objetivo que é o enriquecimento das suas próprias vidas” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 16).

Esta visão de desenvolvimento implica que não é apenas o nível de renda ou de riqueza auferidos pelas pessoas que é fundamental para que elas sejam felizes. É a forma como essa renda ou riqueza são despendidas que é importante como vetor que serve de alavanca para o bem-estar social e econômico. “O que é decisivo não é o processo de maximização da riqueza, mas a escolha que os indivíduos da sociedade fazem. Uma verdade simples, mas sempre negligenciada” (HUMAN DEVELOPMENT REPORT, 1994, p. 16).

A investigação sobre a exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós, nos levou a conhecer diferentes visões de autores que tratam da temática da exclusão social, de maneira especial autores que investigaram as áreas de ressaca no município de Macapá, dentre os quais podemos citar: Neri (2004); Porto (2000); Moser (1996); Portilho (2006); Serrão e Lima (2013); Pereira, Souza e Silva (2015); Scheibe (2018).

Segundo IBGE (2010), o número estimado de pessoas residentes nas áreas de ressacas no município de Macapá é de 63.771, o equivalente a 16% de seus habitantes.

Segundo pesquisa de campo realizada em maio de 2019, o bairro do Congós possui aproximadamente 1.699 famílias vivendo em área de ressaca.

Na visão dos citados autores nesta pesquisa, alguns pontos em comum são percebidos tais como: falta de planejamento do poder público para tratar a questão da ocupação das áreas de ressaca em Macapá; áreas de ressaca como locais impróprios para habitação; situação desumana dos moradores da área de ressaca, os quais vivem sem as mínimas condições de dignidade.

A partir da visão desses autores e suas constatações, pode-se concluir que os moradores da área de ressaca do município de Macapá são “excluídos socialmente”, ou seja, não usufruem de condições mínimas de sobrevivência.

A partir dessa constatação é que o estudo procurou descobrir: quais as formas de exclusão social que afetam os moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá?

Referente às entrevistas dos representantes do poder público, podemos tirar algumas conclusões: falta de planejamento do poder público quanto a ocupação das áreas de ressaca do município de Macapá; falta de unidade das esferas municipal, estadual e federal, na busca por solução para a situação dos moradores das áreas de ressaca em Macapá, de maneira especial referente ao programa “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal, pois nos últimos anos o programa entregou em Macapá, mais de oito mil moradias, as quais não foram direcionadas para as famílias das áreas de ressaca de Macapá.

Segundo juiz federal João Bosco, os governos estadual e municipal buscam “**paliativos**”, mas não resolvem definitivamente o problema.

Ainda segundo o juiz, os agentes políticos não têm interesse em resolver o problema dos “**bolsões de miséria**”, devido o “**curral eleitoral**” que os mesmos representam.

Quanto às entrevistas com os representantes dos movimentos sociais do bairro do Congós, podemos destacar: dificuldade em envolver os moradores da área de ressaca nos movimentos; dificuldade na unidade dos movimentos; dificuldade na relação com o poder público; falta de uma atuação mais forte nas lutas coletivas.

Quanto a questão dos agentes políticos, todos foram unânimes em afirmar que não há interesse em resolver os problemas dos “bolsões de miséria”, devido os “currais eleitorais”.

Como resposta à pergunta de nossa pesquisa, percebemos várias formas de exclusão social que afetam os moradores da área de ressaca do bairro do Congós, as quais já foram devidamente explicadas anteriormente: exclusão econômica; **exclusão educacional; exclusão política; exclusão por alienação; exclusão cultural e exclusão por meritocracia.**

Ao término deste trabalho, conseguimos perceber **o quanto a educação é importante para a autonomia da sociedade; o quanto a sociedade civil precisa avançar no processo de organização e participação social; o quanto o sistema capitalista nos individualiza.**

Esperamos que esse trabalho sirva de motivação para outros estudos, os quais possam aprofundar a **temática da exclusão social.**

Referências

ANDRADE, Rosemary Ferreira de. **Malária e migração no Amapá**: projeção espacial num contexto de crescimento populacional. Belém: NAEA, 2005.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DEMO, Pedro. Charme da exclusão social. Campinas: Autores Associados, 1998. In: **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo P. **Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 ago.2011.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 3. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

MACIEL, N.C. **Ressacas do Amapá**: diagnóstico preliminar - propostas de recuperação, preservação e uso sustentado. Macapá: SEMA/AP, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução e condensação de Gabriel Deville. 3.ed. Bauru, SP: EDIPRO, 2008.

NERI, S. H. A. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite A nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP**. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil/Recursos Hídricos) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NOGUEIRA, Maria A. **Bourdieu e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Graal. 1985.

PEREIRA, Ana Caroline Bonfim; SOUSA, Joice Cunha de ; SILVA, Ricardo Teixeira da. **Desigualdade social, áreas de ressaca e locais perigosos em Macapá/AP**. Macapá:[s.n], 2015.

PORTILHO Ivone dos Santos. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/AP**.Macapá:[s.n], 2006.

PORTO, J. R. Os territórios federais e sua evolução no Brasil. **Revista Presença**, Porto Velho, v.4, n. 16, p.33-37,2000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.Brasília: PNUD, 2018.

SCHEIBE Roberta. Violências Transparentes no Cotidiano do Conjunto Habitacional. In:

SCHERER-WARREN, I. Apresentação – Dossiê: movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 13-16, jan./abr., 2006.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte : EdUFMG, 2009.

SILVER, Hilary. Exclución social y solidaridad social: tres paradigmas. **Revista Internacional Del Trabajo**, v.113, n.5-6, p.607-662, 1994.

SERRÃO, Sybelle Lima; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **Áreas alagadas em Macapá**: estudo de caso Bairro do Araxá. Artigo visa abordar as discussões travadas a cerca da ocupação de área alagadas no município de Macapá, especificamente no bairro do Araxá. Macapá:[s.n], 2013.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: EdUNB, 1991.